

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

DEFENDER A VIDA É DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS E OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

A pandemia de Coronavírus criou a maior crise planetária desde a segunda guerra mundial e indica o colapso do neoliberalismo, evidenciado pela incapacidade dos sistemas de saúde, inclusive no Brasil, em fazer frente às enormes necessidades do momento. Hoje o sentimento generalizado no mundo é contra o neoliberalismo e o ódio por ele engendrado. O momento é de solidariedade, na acepção mais profunda do termo. Solidariedade ativa, em defesa da vida, dos direitos, da dignidade de todas as pessoas, sobretudo da classe trabalhadora e de quem mais precisa.

Denunciaremos à OMS as atitudes do Governo Dória e Bolsonaro

A APEOESP protocolará na Organização Mundial da Saúde, Organização Internacional do Trabalho e outros órgãos Internacionais as posturas do governo Bolsonaro e do Governo Dória frente à pandemia do Coronavírus. Denunciaremos a atitude de Dória de manter professores, gestores e funcionários dentro das escolas e, inclusive, durante grande período, os próprios estudantes, descumprindo os protocolos da própria OMS, ao mesmo tempo em que ataca dos direitos dos professores, impondo férias, teletrabalho e outras obrigações de forma ilegal e autoritária.

Revogação da EC 95 - em defesa dos serviços públicos

No Brasil, a Emenda Constitucional 95, como já vimos denunciando desde sua aprovação trirou recursos da saúde pública, da educação e demais áreas sociais. Exigimos a sua revogação. Exigimos também a revogação da Lei de Responsabilidade

Fiscal. Todos os recursos devem ser utilizados para a prevenção do vírus, atendimento médico, aplicação massiva de testes, apoio financeiro, alimentação da população e garantia de direitos da classe trabalhadora.

Retirada imediata e integral da MP 927

Em meio a essa crise, Bolsonaro mostra sua face mais cruel, enviando ao Congresso a Medida Provisória 927/2020, que corta direitos dos trabalhadores, suspende a fiscalização trabalhista, reduzindo salários, suspendendo depósitos de FGTS, entre outros dispositivos. A APEOESP, em conjunto com muitas outras entidades do movimento social, reagiu rapidamente para rejeitar essa MP. Frente a toda essa pressão social, Bolsonaro recuou na suspensão dos contratos dos trabalhadores por quatro meses, com retirada dos salários. Porém, mantém a MP e pode reduzir os salários em 50%.

Portanto, nossa campanha nesse momento é pela retirada imediata da MP 927 em sua integridade. Junto com essa luta, temos que combater a MP emergencial do Governo Bolsonaro, que ataca direitos dos servidores públicos, inclusive, também, com redução salarial.

Campanha em defesa da vida, dos serviços públicos e dos direitos da classe trabalhadora

A APEOESP realizará na sexta-feira, 27/3, a partir do meio dia, uma ampla campanha nas redes sociais em defesa da vida, dos serviços públicos, do SUS, dos direitos e por garantia de salários aos servidores públicos, da classe trabalhadora.

Defenderemos com essa campanha o direito de

todas e todos à proteção que deve ser garantida pelo Estado a cada professor e professora, servidores públicos, toda a classe trabalhadora, nossos estudantes, a população de forma geral, sobretudo os setores mais vulneráveis, demonstrando a importância e a centralidade dos serviços públicos nesse momento em que a vida corre perigo. A sociedade já percebe nesse momento crítico que é com os servidores públicos que ela pode contar, apesar dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho.

A campanha se desdobrará em banners virtuais para perfis nas redes sociais, cards, hashtags, mas também terá materiais como faixas e grandes adesivos a serem afixados na sede central, subsedes, Casa do Professor e colônias de férias da APEOESP.

O neoliberalismo em cheque

Bolsonaro, Doria e os governos ultraliberais, representando empresários e banqueiros, querem que a classe trabalhadora pague pela crise. Não aceitamos! É necessário parar imediatamente o pagamento das dívidas interna e externa. É preciso taxar os lucros das grandes empresas e as grandes fortunas para financiar os necessários gastos estatais a redução dos mais altos salários dos poderes executivo, legislativo e judiciário para enfrentar essa crise.

Neste sentido, é um crime e uma afronta aos trabalhadores e a toda a população brasileira o pacote de ajuda financeira que Bolsonaro pretende direcionar aos bancos, que pode chegar a R\$ 1,2 trilhão de reais.

O sentimento geral que cresce na população a plena rejeição a Bolsonaro e seu governo, que as pesquisas já evidenciam. Doria também, como as pesquisas também apontam, sofre enorme desgaste face a sua postura, incluindo a insistência em manter as escolas abertas durante longo tempo.

O Estado tem a obrigação de defender a vida

Os governos, em vez de apoiar os interesses de banqueiros e empresários, deve apoiar e proteger os mais pobres e vulneráveis. Deve promover uma política de segurança alimentar, sendo pela distribuição de cestas básicas à população, seja por meio do congelamento dos preços, que hoje são reajustados de forma especulativa e criminosa. Também reivindicamos a suspensão do pagamento de tarifas de energia, água e outras tarifas públicas para a população de mais baixa renda.

Não podemos aceitar nenhum ataque aos direitos dos servidores públicos e aos demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que defendemos a saúde e a vida de todos. Por isso, devem ser suspensas todas as atividades produtivas não essenciais, garantindo aos trabalhadores licença remunerada, sem corte de salários e com estabilidade.

É preciso, ainda, assegurar a limpeza de todos os locais públicos, testes massivos para toda a população, disponibilização de material de prevenção (produtos de limpeza, álcool gel, máscaras e outros), respiradores, leitos e outras providências para combater a pandemia no estado de São Paulo e no Brasil. O estado deve congelar preços dos produtos necessários à população, tendo em vista os reajustes especulativos e criminosos que vem ocorrendo. Também é necessário defender e valorizar o SUS, contratando mais funcionários para o setor.

Não ao autoritarismo e irresponsabilidade na rede estadual de ensino

Na rede estadual de ensino, juntamente com o fechamento total das escolas, lutamos pela garantia do pagamento de salários integrais para todos os professores, sobretudo eventuais, funcionários e trabalhadores terceirizados.

Para os eventuais, devem ser pagos, no mínimo, os mesmos valores dos últimos salários. Os professores da categoria O devem ter garantia de seus empregos e de seus salários.

Nas escolas, um setor atingido de forma absurda e desumana são os trabalhadores terceirizados, como o pessoal da limpeza e as merendeiras, que estão sendo demitidos. Exigimos que os contratos sejam reabertos e as demissões, canceladas. Nossa perspectiva é a de que esses serviços sejam reabsorvidos pelo Estado. Esses funcionários devem passar a ser servidores públicos como todos os demais.

Suspensão de aulas não é férias. Boicote à farsa da Educação a Distância de Doria e Rossieli

Para nós, professores, o momento não é de férias ou recesso. É um momento excepcional, de pandemia mundial, e por esse motivo as aulas foram suspensas. Não é momento de improvisos de aulas a distância, arremedos de processo ensino-aprendizagem, quando o Estado não proporciona recursos didáticos condizentes para que minimamente ocorra a interação professor/estudante. Não haverá nenhuma qualidade num processo como esse e nossos estudantes merecem respeito. Não aceitamos essa imposição autoritária e sem base pedagógica, pois os estudantes da educação básica precisam de interação, troca e socialização para seu aprendizado.

A APEOESP realizará na próxima semana uma webconferência para aprofundar o debate sobre esse tema.

Estamos, portanto, em uma ampla luta em defesa da vida, da saúde, dos serviços públicos, dos direitos de todos os trabalhadores e da população e da educação pública de qualidade.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNADOR JOÃO DORIA

Em plena pandemia de Coronavírus, o Presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 927/2020, que flexibiliza as obrigações trabalhistas, praticamente elimina a fiscalização, suspende direitos, enfim realiza um ataque vil e frontal aos direitos da classe trabalhadora, quando mais precisamos de proteção, salário e garantias frente uma situação extremamente difícil para os setores mais vulneráveis da população.

Assim, não podemos deixar de nos posicionar em veemente repúdio ao Governador João Doria, que manifestou apoio a essa MP anti-trabalhadores e anti-povo. Somente pessoas insensíveis às necessidades mais fundamentais da população podem ter essa atitude inaceitável.

Exigimos, portanto, a imediata e integral retirada desta Medida Provisória.

Diretoria da APEOESP

Secretaria de Comunicação